

# Inspeccionar as escolas, uma missão difícil

20 FEB 1988

O decreto assinado pelo presidente José Sarney, no último dia 11, liberando os preços das mensalidades escolares, deixou os pais em um beco sem saída. Segundo o presidente da Comissão de Encargos Educacionais do Conselho de Educação do DF, Júlio Gregório Filho, o Conselho só vai inspecionar os estabelecimentos através de petição fundamentada. Já os pais, conforme o presidente da Associação de Pais de Alunos (APA-DF), Luiz Cassemiro dos Santos, não têm amparo da lei para fazer uma petição de acordo com as exigências do decreto.

Conforme o decreto, somente as Associações de Pais, Mestres e Alunos podem apresentar uma petição ao Conselho, pedindo uma investigação nos preços das mensalidades praticadas pelo estabelecimento de ensino utilizado por eles. Mas, segundo Luiz Cassemiro dos Santos, poucas escolas contam com associações. Lembrou, ainda, que essas entidades não têm caráter fiscalizador, uma vez que foram criadas para fins pedagógicos. Ele argumentou, ainda, que o decreto invalida todos os argumentos que as entidades poderiam utilizar na petição: os preços e os custos da escola.

Isto porque as entidades não podem utilizar como único argumento o elevado preço das mensalidades, uma vez que está liberado. E o custo da escola, que serviria de parâmetro para fundamentar a petição, não é acessível aos pais, já que o próprio decreto afirma o seu caráter sigiloso, limitando-se apenas ao conhecimento do seu proprietário. «Ele mostra que os pais estão completamente desprotegidos, enquanto que a lei dá todo amparo aos proprietários de escolas», disse Cassemiro, referindo-se ao decreto.

O presidente da APA adiantou que vai tentar, junto ao Ministério da Educação, uma solução justa tanto para os donos das escolas como para os pais. Mas a resposta já foi dada pelo ministro Hugo Napoleão, do MEC. No dia 11 de fevereiro ele recebeu os representantes da APA e disse que era contra a medida, e que faria tudo para vetá-la. Entretanto, poucas horas depois, o decreto foi anunciado, com a assinatura do próprio ministro.

As medidas que o Conselho de Educação do DF deve tomar, caso seja solicitado, ainda serão discutidas. Segundo informou ontem Júlio Gregório Filho, o Conselho não vai fiscalizar ou «vigiar» os índices de aumento de cada escola, individualmente ou em grupo. «Só vamos intervir quando houver alguma reclamação», disse ele, ao argumentar que, se não houver queixa é porque os pais conseguiram um acordo com os proprietários das escolas em relação ao preço das mensalidades.

Os preços das novas mensalidades só deverão ser apresentados aos pais a partir da próxima semana. Segundo o vice-presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, Osvaldo Saenger, cada escola vai fixar preço, «de acordo com realidade de seus custos». Isto significa, segundo ele, que «as melhores escolas vão cobrar mais caro». Isto é, aquelas que tiverem menos alunos por sala de aula e maior número de funcionários.